



Tribunal de Contas do Estado de Rondônia

CONCURSO PÚBLICO | APLICAÇÃO: 2019

MANHÃ

CADERNO DE PROVAS OBJETIVAS E DISCURSIVA

LEIA COM ATENÇÃO AS INSTRUÇÕES ABAIXO.

- 1 Ao receber este caderno de provas, confira inicialmente se os seus dados pessoais e os dados do cargo a que você concorre, transcritos acima, estão corretos e coincidem com o que está registrado na sua **Folha de Respostas** e na sua **Folha de Texto Definitivo da Prova Discursiva**. Confira também o seu nome em cada página numerada deste caderno de provas (desconsidere estas instruções, caso se trate de caderno de provas reserva). Em seguida, verifique se ele contém a quantidade de questões indicada em sua **Folha de Respostas**, correspondentes às provas objetivas, e a prova discursiva, acompanhada de espaço para rascunho. Caso o caderno esteja incompleto, tenha qualquer defeito e(ou) apresente divergência quanto aos seus dados pessoais, solicite, de imediato, ao(a) aplicador(a) de provas mais próximo(a) que tome as providências necessárias.
- 2 Durante a realização das provas, não se comunique com outros(as) candidatos(as) nem se levante sem autorização de um(a) dos(as) aplicadores(as) de provas.
- 3 Não serão fornecidas folhas suplementares para rascunho nem para a transcrição do texto definitivo da prova discursiva.
- 4 Na duração das provas, está incluído o tempo destinado à identificação — que será feita no decorrer das provas —, ao preenchimento da **Folha de Respostas** e à transcrição do texto da prova discursiva para a **Folha de Texto Definitivo da Prova Discursiva**.
- 5 Ao terminar as provas, chame o(a) aplicador(a) de provas mais próximo(a), devolva-lhe a sua **Folha de Respostas** e a sua **Folha de Texto Definitivo da Prova Discursiva** e deixe o local de provas.
- 6 Nenhuma folha deste caderno pode ser destacada, exceto a folha que contém os documentos **Folha de Respostas** e **Folha de Texto Definitivo da Prova Discursiva**, cujo cabeçalho será destacado pelo(a) chefe de sala ao final das provas, para fins de desidentificação.
- 7 A desobediência a qualquer uma das determinações constantes em edital, no presente caderno, na **Folha de Respostas** ou na **Folha de Texto Definitivo da Prova Discursiva** implicará a anulação das suas provas.

OBSERVAÇÕES:

- Não serão conhecidos recursos em desacordo com o estabelecido em edital.
- É permitida a reprodução deste material apenas para fins didáticos, desde que citada a fonte.

INFORMAÇÕES ADICIONAIS: 0(X) 61 3448-0100 | www.cebraspe.org.br | sac@cebraspe.org.br



**VOCÊ
SABIA?**

O Cebraspe é o detentor exclusivo do **Método Cespe** de realização de avaliações, certificações e seleções. Esse método está em constante evolução, sendo desenvolvido e aperfeiçoado a partir de pesquisas acadêmicas, algoritmos, processos estatísticos e outras técnicas sofisticadas. Tudo isso para entregar resultados confiáveis, obtidos com inovação e alta qualidade técnica.

O CEBRASPE TRABALHA PARA OFERECER O MELHOR!

- Nas questões a seguir, marque, para cada uma, a única opção correta, de acordo com o respectivo comando. Para as devidas marcações, use a **Folha de Respostas**, único documento válido para a correção das suas provas.
- Caso haja opção(ões) constituída(s) pela estrutura **Situação hipotética**: ... seguida de **Assertiva**: ..., os dados apresentados como situação hipotética devem ser considerados premissa(s) para o julgamento da assertiva proposta.
- Nas questões que avaliarem conhecimentos de informática e(ou) tecnologia da informação, a menos que seja explicitamente informado o contrário, considere que todos os programas mencionados estão em configuração-padrão e que não há restrições de proteção, de funcionamento e de uso em relação aos programas, arquivos, diretórios, recursos e equipamentos mencionados.
- Eventuais espaços livres — identificados ou não pela expressão “Espaço livre” — que constarem deste caderno de provas poderão ser utilizados para rascunhos.

CONHECIMENTOS BÁSICOS

Texto CB1A1-I

1 É impressionante como, em nosso tempo, somos
contraditórios no que diz respeito aos direitos humanos.
Em comparação a eras passadas, chegamos a um máximo
4 de racionalidade técnica e de domínio sobre a natureza,
o que permite imaginar a possibilidade de resolver grande
número de problemas materiais do homem, quem sabe,
7 inclusive, o da alimentação.

No entanto, a irracionalidade do comportamento
é também máxima, servida frequentemente pelos mesmos
10 meios que deveriam realizar os desígnios da racionalidade.
Assim, com a energia atômica, podemos, ao mesmo tempo,
gerar força criadora e destruir a vida pela guerra; com incrível
13 progresso industrial, aumentamos o conforto até alcançar
níveis nunca sonhados, mas excluimos dele as grandes
massas que condenamos à miséria; em muitos países,
16 quanto mais cresce a riqueza, mais aumenta a péssima
distribuição dos bens. Portanto, podemos dizer que os
mesmos meios que permitem o progresso podem provocar
19 a degradação da maioria.

Na Grécia antiga, por exemplo, teria sido impossível
pensar em uma distribuição equitativa dos bens materiais,
22 porque a técnica ainda não permitia superar as formas brutais
de exploração do homem, nem criar abundância para todos.
Em nosso tempo, é possível pensar nisso, mas o fazemos
25 relativamente pouco. Essa insensibilidade nega uma das
linhas mais promissoras da história do homem ocidental,
aquela que se nutriu das ideias amadurecidas no correr
28 dos séculos XVIII e XIX.

Essas ideias abriram perspectivas que pareciam
levar à solução dos problemas dramáticos da vida em
31 sociedade. E, de fato, durante muito tempo, acreditou-se que,
removidos uns tantos obstáculos, como a ignorância e os
sistemas despóticos de governo, as conquistas do progresso
34 seriam canalizadas no rumo imaginado pelos utopistas, porque
a instrução, o saber e a técnica levariam, necessariamente,
à felicidade coletiva. Contudo, mesmo onde esses obstáculos
37 foram removidos, a barbárie continuou entre os homens,
embora não mais se ache normal o seu elogio, como se todos
soubessem que ela é algo a ser ocultado e não proclamado.

QUESTÃO 1

Assinale a opção que apresenta o tema central do texto CB1A1-I.

- A “somos contraditórios no que diz respeito aos direitos humanos” (l. 1 e 2)
- B “chegamos a um máximo de racionalidade técnica e de domínio sobre a natureza” (l. 3 e 4)
- C “a irracionalidade do comportamento é também máxima” (l. 8 e 9)
- D “as conquistas do progresso seriam canalizadas no rumo imaginado pelos utopistas” (l. 33 e 34)
- E “a barbárie continuou entre os homens” (l.37)

QUESTÃO 2

No texto CB1A1-I, indica o momento da produção textual a expressão

- A “em nosso tempo” (l.1).
- B “eras passadas” (l.3).
- C “ao mesmo tempo” (l.11).
- D “séculos XVIII e XIX” (l.28).
- E “durante muito tempo” (l.31).

QUESTÃO 3

Conforme o texto CB1A1-I, a humanidade atingiu sua capacidade máxima de

- A respeito aos direitos humanos.
- B racionalidade técnica.
- C resolução de todos os problemas materiais do homem.
- D padronização do comportamento.
- E produção de alimentos.

QUESTÃO 4

A correção gramatical e a coerência do texto CB1A1-I seriam mantidas se a expressão “No entanto” (l.8) fosse substituída por

- A Embora.
- B Nesse sentido.
- C Ainda assim.
- D Logo.
- E Sobretudo.

QUESTÃO 5

No texto CB1A1-I, a forma pronominal presente na contração “nisso” (l.24) refere-se a

- A “uma distribuição equitativa dos bens materiais” (l.21).
- B “superar as formas brutais de exploração do homem” (l. 22 e 23).
- C “criar abundância para todos” (l.23).
- D “Essa insensibilidade” (l.25).
- E “ideias amadurecidas no correr dos séculos XVIII e XIX” (l. 27 e 28).

QUESTÃO 6

De acordo com o texto CB1A1-I, o progresso

- A gera maior distribuição dos bens.
- B perpetua a felicidade coletiva.
- C causa a degradação da humanidade.
- D prolonga a barbárie entre os homens.
- E produz força criadora.

QUESTÃO 7

Cada uma das opções a seguir apresenta uma proposta de reescrita para o segmento “a instrução, o saber e a técnica levariam, necessariamente, à felicidade coletiva” (ℓ. 35 e 36), do texto CB1A1-I. Assinale a opção em que a proposta indicada mantém os sentidos e a correção gramatical do texto.

- A a instrução, o saber e a técnica motivariam, necessariamente, à felicidade coletiva
- B a instrução, o saber e a técnica implicariam, necessariamente, à felicidade coletiva
- C a instrução, o saber e a técnica chegariam, necessariamente, à felicidade coletiva
- D a instrução, o saber e a técnica conduziriam, necessariamente, a felicidade coletiva
- E a instrução, o saber e a técnica proporcionariam, necessariamente, a felicidade coletiva

QUESTÃO 8

Cada uma das opções a seguir apresenta uma proposta de reescrita que altera o seguinte trecho do texto CB1A1-I: “o que permite imaginar a possibilidade de resolver grande número de problemas materiais do homem, quem sabe, inclusive, o da alimentação” (ℓ. 5 a 7). Assinale a opção em que a proposta apresentada mantém a correção gramatical e os sentidos originais do texto.

- A o que permite imaginar a possibilidade de resolver grande número de problemas materiais do homem: quem sabe, inclusive, o da alimentação
- B permitindo imaginar a possibilidade de resolver grande número de problemas materiais do homem; quem sabe, inclusive, o da alimentação
- C o que permite imaginar a possibilidade de resolver grande número de problemas materiais do homem — quem sabe, inclusive, o da alimentação
- D o que permite imaginar a possibilidade de resolver grande número de problemas materiais, do homem quem sabe, inclusive, o da alimentação
- E permitindo imaginar a possibilidade de resolver grande número de problemas materiais do homem quem sabe, inclusive, o da alimentação

QUESTÃO 9

No texto CB1A1-I, o trecho “quanto mais cresce a riqueza, mais aumenta a péssima distribuição dos bens” (ℓ. 16 e 17) expressa uma relação de

- A comparação.
- B oposição.
- C proporcionalidade.
- D conformidade.
- E alternância.

QUESTÃO 10

Sem alteração dos sentidos do texto CB1A1-I, o vocábulo “equitativa” (ℓ.21) poderia ser substituído por

- A ampla.
- B qualitativa.
- C divergente.
- D uniforme.
- E imediata.

QUESTÃO 11

Os princípios e valores gerais do Código de Ética dos Servidores do Tribunal de Contas do Estado de Rondônia aplicam-se aos

- A servidores estatutários somente.
- B servidores estatutários e comissionados somente.
- C funcionários terceirizados que exercem atividades de natureza temporária no tribunal.
- D servidores comissionados somente.
- E funcionários terceirizados, excetuados os que exercem atividades de natureza temporária no tribunal.

QUESTÃO 12

Rafael, servidor integrante da carreira de controle externo do tribunal de contas de determinado estado, submeteu-se a processo seletivo de mestrado em uma universidade estadual que passava por auditoria de equipe do tribunal integrada por ele. Durante o processo seletivo, Rafael notou que a banca examinadora lhe conferia tratamento aparentemente preferencial.

A partir dessa situação hipotética, julgue os itens a seguir, considerando o que dispõe o Código de Ética dos Servidores do Tribunal de Contas do Estado de Rondônia.

- I O servidor agirá corretamente se permanecer silente quanto à impressão de tratamento diferenciado no processo seletivo de mestrado.
- II O tratamento aparentemente preferencial dispensado a Rafael gera potencial risco ou ameaça à independência e ao julgamento profissional dele na ação de auditoria realizada na referida universidade.
- III Por ter ocorrido tratamento diferenciado, ainda que somente aparente, Rafael deverá informar esse fato ao seu superior hierárquico e à corregedoria.
- IV Devido à mera aparência de tratamento diferenciado, basta que Rafael comunique o fato apenas ao seu superior hierárquico.

Estão certos apenas os itens

- A I e II.
- B I e IV.
- C II e III.
- D I, III e IV.
- E II, III e IV.

QUESTÃO 13

Com base no Código de Ética dos Servidores do Tribunal de Contas do Estado de Rondônia, assinale a opção que indica o valor ético fundamental relativo à proteção adequada de dados e informações sensíveis relacionados às atividades e ao funcionamento daquele tribunal de contas.

- A** transparência
- B** excelência
- C** competência
- D** conformidade de comportamento
- E** confidencialidade

QUESTÃO 14

Caso o processo para a aquisição de equipamentos previsto no orçamento anual do estado de Rondônia tenha sido concluído em 31/1/20X9, então o prazo para a prestação de contas junto ao TCE/RO referente a essa aquisição vai até

- A** 60 dias do encerramento do exercício financeiro.
- B** 30 de abril do ano subsequente.
- C** 30 dias da aplicação dos recursos.
- D** 31 de março do ano subsequente.
- E** 180 dias da aplicação dos recursos.

QUESTÃO 15

A prefeitura de um município do estado de Rondônia recebeu, por meio de convênio com o Ministério da Saúde, recursos da União para a aquisição de ambulâncias destinadas aos postos de saúde do município.

Nesse caso, sendo os equipamentos utilizados exclusivamente no município, a competência para fiscalização de tais recursos é

- A** exclusiva do TCE/RO.
- B** concorrente do TCE/RO e do TCU.
- C** exclusiva do TCU.
- D** inicialmente do TCU e subsidiariamente do tribunal de contas do município.
- E** inicialmente do tribunal de contas do município e subsidiariamente do TCU.

QUESTÃO 16

Ao analisar a prestação de contas referente à execução de recursos de determinado fundo constitucional, o conselho de acompanhamento e controle social desse fundo executa o denominado controle

- A** jurídico.
- B** externo.
- C** administrativo.
- D** prévio.
- E** interno.

QUESTÃO 17

Acerca do controle da atividade financeira do Estado, julgue os itens a seguir.

- I** É admitido o controle legislativo das atividades operacionais de qualquer ente da administração direta e indireta, devendo ser classificado como controle da atividade financeira do Estado.
- II** No âmbito da União, a fiscalização sobre a adequação da adoção das regras contábeis é de competência privativa do sistema de controle interno de cada poder, sendo realizada por meio da conformidade contábil.
- III** O controle da economicidade da atividade financeira do Estado admite a avaliação dos gastos públicos por meio de controle preventivo, concomitante ou corretivo.
- IV** O controle patrimonial, em especial quanto a sua existência e utilização, é realizado tanto no âmbito do controle interno quanto no do externo, porém não cabe no âmbito do controle social.

Estão certos apenas os itens

- A** I e II.
- B** I e III.
- C** III e IV.
- D** I, II e IV.
- E** II, III e IV.

QUESTÃO 18

A respeito dos tipos e formas de controle, assinale a opção correta.

- A** A revisão dos contratos assinados realizada por setor específico da secretaria de administração de determinada assembleia legislativa estadual é exemplo de controle parlamentar.
- B** O objeto dos gastos decorrentes da aquisição de computadores e suprimentos de informática por gestor de vara judicial não se submete a controle administrativo, mas a controle jurisdicional.
- C** O questionamento em juízo acerca da legalidade de convênio para construção de quadra esportiva, celebrado por determinado município, é exemplo de controle legislativo.
- D** A análise da prestação de contas públicas, quando realizada por representantes da sociedade na assembleia legislativa e com apoio do tribunal de contas, é exemplo de controle social.
- E** O momento da contratação, por gestor público, de empresa licitada para o fornecimento de café e açúcar para órgão público, em regra, não se submete a controle judicial.

QUESTÃO 19

Em razão de sua função pública, determinado gestor público do estado de Rondônia favoreceu um fornecedor em uma licitação e, em contrapartida, recebeu dele um veículo, o que levou a administração pública a abrir processo administrativo para a apuração desse ato ilícito.

Com relação a essa situação hipotética, assinale a opção correta.

- A** Decisão do plenário do TCE/RO poderá determinar a quebra do sigilo das declarações de rendimentos e bens do gestor, se comprovado o fato.
- B** O caso configura enriquecimento ilícito, podendo o gestor ser penalizado com perda dos bens acrescidos ilicitamente ao seu patrimônio e perda da função pública e dos direitos políticos.
- C** Tanto o Ministério Público quanto o TCE/RO têm legitimidade para a propositura de ação judicial decorrente de improbidade administrativa.
- D** O gestor, ao cometer o referido ato de improbidade administrativa, deverá ser punido com a obrigação de ressarcir integralmente o dano causado ao erário e ao pagamento de multa civil de até cem vezes o valor de sua remuneração.
- E** O Ministério Público deve indicar representante para acompanhar o procedimento administrativo; ao TCE/RO é facultada essa indicação.

QUESTÃO 20

A respeito dos sistemas de controle da administração pública e do modelo de controle adotado no Brasil, assinale a opção correta.

- A** Em razão do sistema adotado no Brasil, o Poder Judiciário, no exercício do controle, não pode revogar atos discricionários.
- B** A existência de uma jurisdição especial administrativa formada por tribunais de contas demonstra que o sistema de controle brasileiro admite o sistema do contencioso administrativo.
- C** Os limites do controle jurisdicional da administração pública brasileira incluem a impossibilidade de submeter a esse controle a conveniência de uma contratação pública.
- D** A obrigação do procurador-geral de justiça de prestar contas ao tribunal de contas é uma função atípica e, por conseguinte, uma exceção ao sistema de jurisdição adotado no Brasil.
- E** O sistema de controle brasileiro não admite jurisdição una, logo as decisões dos tribunais de contas são consideradas título executivo extrajudicial independentemente do conhecimento do Poder Judiciário.

CONHECIMENTOS ESPECÍFICOS

QUESTÃO 21

Considere as seguintes situações hipotéticas referentes a atos praticados por analistas de determinado tribunal de contas de um estado da Federação.

- I Joaquim usou, em proveito próprio, bens e rendas do acervo patrimonial do tribunal.
- II Sílvia doou a certa pessoa física, para fins educativos, bens e rendas do patrimônio do referido tribunal, sem observância das formalidades legais e regulamentares previstas.
- III Pedro deixou de cumprir exigência de requisitos de acessibilidade previstos em normas do mencionado tribunal.

Nessas situações, estarão sujeitos à ação de improbidade administrativa

- A somente Joaquim e Pedro, se tiverem agido com dolo ou culpa.
- B somente Joaquim e Sílvia, se tiverem agido com dolo ou culpa.
- C somente Sílvia e Pedro, se tiverem agido com dolo ou culpa.
- D Joaquim, Sílvia e Pedro, mas somente Pedro, em caso de culpa.
- E Joaquim, Sílvia e Pedro, mas somente Sílvia, em caso de culpa.

QUESTÃO 22

Decisão em processo administrativo no TCE/RO foi desfavorável a determinado servidor, que interpôs recurso perante órgão incompetente.

Considerando a situação hipotética apresentada, assinale a opção correta.

- A O recurso administrativo não será conhecido, e ocorrerá a preclusão administrativa.
- B O prazo do recurso será devolvido, com indicação ao recorrente da autoridade competente.
- C O recurso será conhecido, mas improvido em razão do órgão interposto.
- D O recurso será devolvido, se ainda houver prazo para recurso.
- E O recurso impede a revisão de ofício do ato objeto de recurso.

QUESTÃO 23

Determinado tribunal de contas editou ato administrativo, que foi considerado ilegal. Nessa situação, ainda que o ato seja válido, a administração, no exercício do poder discricionário, poderá

- A cassar o ato administrativo, preservando os efeitos anteriores à data da cassação.
- B anular o ato administrativo, preservando os efeitos anteriores à data da anulação.
- C revogar o ato administrativo, cujos efeitos ocorrerão a partir da revogação.
- D convalidar o ato administrativo, cujos efeitos ocorrerão a partir da convalidação.
- E convalidar o ato administrativo, preservando os efeitos anteriores à data da convalidação.

QUESTÃO 24

Servidor do TCE/RO, membro de comissão permanente de sindicância, faz jus à percepção mensal de gratificação de comissão disciplinar,

- A que não é computável para fins de aposentadoria.
- B que é computável para fins de disponibilidade.
- C desde que não ocupe cargo de assessoramento.
- D desde que não ocupe cargo de direção.
- E desde que não ocupe cargo de chefia.

QUESTÃO 25

O TCE/RO celebrou contratos administrativos com as empresas Alfa, Beta, Gama e Delta. A empresa Alfa não está cumprindo as cláusulas contratuais. A empresa Beta está cumprindo irregularmente as cláusulas contratuais. A empresa Gama, injustificadamente, por motivos da própria empresa, está atrasada para o início do serviço contratado. A Delta não iniciou a obra contratada, porque a administração ainda não liberou o local para sua execução.

Nessas situações, de acordo com a Lei n.º 8.666/1993, a administração poderá rescindir o contrato unilateralmente e por escrito somente com as empresas

- A Alfa e Beta.
- B Gama e Delta.
- C Alfa, Gama e Delta.
- D Alfa, Beta e Gama.
- E Beta, Gama e Delta.

QUESTÃO 26

A competência para o julgamento das contas do chefe do Executivo é do

- A Poder Legislativo, que deve ser precedido de parecer vinculativo emitido pelo tribunal de contas.
- B Poder Judiciário, que deve ser precedido de parecer prévio e vinculativo do tribunal de contas.
- C Poder Legislativo, que deve ser precedido de parecer prévio e apenas opinativo emitido pelo tribunal de contas.
- D Poder Judiciário, que deve ser precedido de parecer prévio e apenas opinativo emitido pelo tribunal de contas.
- E Tribunal de Contas da União (TCU), exclusivamente.

QUESTÃO 27

Prefeito de um município recebeu verbas da União para aplicação específica em ações de saúde. Todavia, em razão da grave crise financeira, foi utilizada parcela dos recursos para outras finalidades. Parte dos valores foi destinado ao pagamento de servidores públicos da secretaria municipal de educação, o que foi demonstrado por documentos, restando carente de comprovação a aplicação de 15% da verba.

Julgue os itens a seguir, a partir da situação hipotética precedente.

- I O Ministério Público poderá propor ação civil pública para condenação do prefeito a recompor o fundo municipal de saúde.
- II Deverá ser instaurada tomada de contas no âmbito do tribunal de justiça do respectivo estado.
- III Poderá, simultaneamente, ocorrer a fiscalização pelo TCU e a propositura de ação civil pública pela Advocacia-Geral da União no Poder Judiciário.
- IV O princípio da eficiência impossibilita a atuação de mais de um órgão de controle.

Estão certos apenas os itens

- A I e II.
- B I e III.
- C III e IV.
- D I, II e IV.
- E II, III e IV.

QUESTÃO 28

A competência para julgar as contas dos administradores e demais responsáveis por dinheiro, bens e valores públicos da administração indireta, das fundações e sociedades instituídas e mantidas pelo poder público federal, é do tribunal de contas, sendo esse julgamento

- A independente, não necessitando de posterior análise do Poder Legislativo.
- B opinativo, dependendo de apreciação e julgamento posterior pelo Poder Legislativo.
- C suspensivo, dependendo de posterior execução pelo Ministério Público Federal.
- D opinativo, dependendo de apreciação e julgamento definitivo pela justiça federal de primeira instância.
- E vinculativo, embora necessite de posterior chancela do Poder Legislativo.

QUESTÃO 29

Presidente de uma fundação federal, no exercício de suas atribuições, utilizou dinheiro da entidade para atividades particulares e para benefício de terceiros. Por isso, foi necessária a adoção de medidas que possibilitassem o rastreamento do dinheiro público que havia sido desviado para a perfeita comprovação e identificação dos beneficiários.

Nessa situação hipotética, a quebra do sigilo bancário dos envolvidos poderá ser determinada

- A pelo TCU, em tomada de contas especial.
- B por comissão parlamentar de inquérito, que deverá mostrar de forma motivada a necessidade do ato e a indicação concreta de fatos específicos.
- C pelo auditor externo do tribunal de contas, a partir de autorização dada pelo ministro do TCU, relator do processo.
- D pelo membro do Ministério Público Federal, no inquérito civil público.
- E pelo delegado de polícia, no procedimento investigatório e sem a necessidade de prévia autorização judicial.

QUESTÃO 30

Breno fez comentário público, negativo e ofensivo, nas redes sociais, acerca da conduta moral da imobiliária GL Imóveis, de propriedade do corretor Glauber. O comentário foi publicado nos seguintes termos: “A GL Imóveis é a pior imobiliária da cidade, não mexam com ela, só quer saber de pilantragem”. Glauber e a GL Imóveis ajuizaram ação de causa compensatória por danos morais contra Breno, no valor de R\$ 20.000 para Glauber e R\$ 30.000 para a empresa.

Considerando os direitos de personalidade da pessoa coletiva e os direitos da personalidade da pessoa humana, bem como os atos jurídicos lícitos e ilícitos presentes no Código Civil e o entendimento do STJ, assinale a opção correta a respeito da responsabilização de Breno na situação hipotética apresentada.

- A O pedido de compensação por danos morais em favor da GL Imóveis deve ser julgado improcedente, pois os danos morais somente são cabíveis em favor da pessoa humana.
- B A proteção da honra, e consequentemente, as causas de dano extrapatrimonial são idênticas para a GL Imóveis e para Glauber.
- C O dano moral em favor de Glauber deve ser provado, diferentemente do dano moral em favor da GL Imóveis, que é *in re ipsa*.
- D O prejuízo advindo do dano moral sofrido pela GL Imóveis deve ser provado no processo, sendo possível a utilização de presunções e de regras de experiência para a configuração do dano, mesmo sem prova expressa do prejuízo.
- E O dano moral sofrido pela GL Imóveis não configura *in re ipsa*; por isso, é impossível a utilização, pelo julgador, de presunções e regras de experiência para a configuração do dano.

QUESTÃO 31

A empresa GB Perfumes Ltda. fabrica e vende um perfume mundialmente premiado. A empresa K Perfumes, grande rede de lojas de cosméticos e perfumarias, comprou doze lotes do perfume da GB Perfumes para revendê-lo em suas lojas. O valor do contrato de compra e venda foi de R\$ 1.200.000, devendo ser pago em doze parcelas de R\$ 100.000, todo dia 7 do mês seguinte ao da entrega de cada lote feita pela fabricante; o primeiro lote foi entregue em janeiro de 2017. A GB Perfumes Ltda. entregou dez lotes à K Perfumes, embora esta tenha pagado somente as duas primeiras parcelas, o que ensejou a resolução da relação contratual entre as partes por inadimplemento, ocorrida em julho de 2018. A K Perfumes ajuizou ação de reparação de danos materiais e morais contra a GB Perfumes Ltda., com o objetivo de obter a reparação dos prejuízos causados em razão da resolução do contrato de compra e venda que celebraram, alegando onerosidade excessiva do valor de cada lote de perfume, o que configura culpa concorrente da vendedora para o inadimplemento contratual. Alegou também que o contrato tinha cláusulas abusivas, que resultaram em uma dívida vultosa e impossível de ser solvida, e que tinha como finalidade impor a resolução da relação contratual. A compradora, mesmo intimada para tanto, não trouxe nenhuma outra prova, sob o fundamento da onerosidade excessiva.

Nessa situação hipotética,

- Ⓐ a alegação de onerosidade excessiva feita pela K Perfumes deverá ser aceita mediante a comprovação apenas da imprevisibilidade de acontecimento extraordinário.
- Ⓑ o contrato de compra e venda celebrado é bilateral, razão por que a K Perfumes não poderia ter reclamado a prestação contratual antes de ter cumprido a sua prestação.
- Ⓒ os riscos ordinários assumidos nas relações negociais no exercício da autonomia privada das partes contratantes configuram onerosidade excessiva.
- Ⓓ o comportamento da GB Perfumes Ltda. configura *suppressio*, haja vista que, mesmo após o inadimplemento das parcelas, continuou entregando os lotes de perfumes à K Perfumes.
- Ⓔ a demanda judicial que pretende a declaração de onerosidade excessiva poderia ter sido ajuizada tanto antes quanto após o inadimplemento da parte que postula tal pretensão.

QUESTÃO 32

Rogério doou um imóvel para seu irmão. Renata, credora de Rogério, ajuizou causa para invalidar a doação, sob o argumento de que Rogério esvaziou seu patrimônio para dificultar o pagamento de dívida preexistente com ela, principalmente porque, em nenhum momento o devedor demonstrou a existência de bens a garantirem o cumprimento da dívida.

Considerando os defeitos, os planos da existência, da validade e da eficácia dos negócios jurídicos postos no Código Civil e o entendimento do STJ, é correto afirmar que o ato de Rogério

- Ⓐ configura fraude à execução, com prazo prescricional para o ajuizamento de ação de nulidade do negócio jurídico de três anos, contados do dia em que se realizou a doação.
- Ⓑ configura fraude à execução, cujo reconhecimento independe do registro da penhora do bem alienado ou da prova de má-fé do terceiro adquirente.
- Ⓒ não configura fraude contra credores ou à execução, uma vez que a venda do bem ao irmão não alterou a destinação primitiva do imóvel.
- Ⓓ não configura a fraude contra credores, uma vez que se exige a ciência inequívoca da fraude para se anular a doação feita entre os irmãos.
- Ⓔ configura a fraude contra credores, visto que estão presentes requisitos caracterizadores para o ajuizamento de demanda pauliana, como a anterioridade da dívida na ocorrência do *eventus damni* e a presença do *consilium fraudis*.

QUESTÃO 33

Acerca da prescrição, da decadência e dos efeitos na cobrança das prestações devidas pelo devedor em relação a quem seja credor e ao direito de resolução da relação contratual que não tenha por objeto bem público móvel ou imóvel, julgue os itens a seguir, com base no Código Civil e no entendimento do STJ.

- I É facultado ao credor diante do inadimplemento do devedor, escolher entre exigir o cumprimento da prestação ou exigir a resolução do contrato, cabendo, em qualquer das hipóteses, a respectiva indenização.
- II Excepcionalmente, admite-se a cumulação dos pedidos de cumprimento da prestação e de resolução do contrato e, escolhida a via do cumprimento, é possível recurso à via da resolução depois de transitada em julgado a sentença de procedência exarada na primeira ação.
- III Como não há prazo em lei estabelecido para o exercício do direito à resolução da relação contratual, tal exercício é ilimitado no tempo, na medida em que esse instrumento, enquanto fonte de obrigações que vincula as partes, tem caráter transitório: nasce com a finalidade de se extinguir preferencialmente com o adimplemento das prestações que encerra.
- IV Se o pedido de resolução da relação contratual se funda no inadimplemento de determinada parcela, a prescrição da pretensão de exigir o respectivo pagamento prejudica, em consequência, o direito de exigir a extinção da relação contratual com base na mesma causa, ante a ausência do elemento objetivo que dá suporte fático ao pleito.

Assinale a opção correta.

- Ⓐ Apenas o item I está certo.
- Ⓑ Apenas o item II está certo.
- Ⓒ Apenas os itens I e IV estão certos.
- Ⓓ Apenas os itens II e III estão certos.
- Ⓔ Apenas os itens III e IV estão certos.

QUESTÃO 34

A respeito de atos processuais, reconvenção e direito probatório, julgue os seguintes itens, de acordo com o Código de Processo Civil (CPC).

- I Na hipótese de ausência de citação ou de citação defeituosa, não será possível sanar o vício processual, mesmo que o réu compareça posteriormente ao processo.
- II Réu que não deseje contestar a petição inicial apresentada pelo autor pode oferecer apenas reconvenção.
- III É vedado ao magistrado determinar, de ofício, a produção de provas no processo: essa conduta viola o princípio dispositivo e compromete a imparcialidade do juiz.

Assinale a opção correta.

- A Apenas o item II está certo.
- B Apenas o item III está certo.
- C Apenas os itens I e II estão certos.
- D Apenas os itens I e III estão certos.
- E Todos os itens estão certos.

QUESTÃO 35

Um cidadão, ao ajuizar demanda pelo procedimento comum contra o estado de Rondônia, apresentou dois pedidos: (a) anulação de ato administrativo ilícito; (b) indenização, no valor de R\$ 100 mil, em razão de prejuízos causados pelo referido ato. Após a apresentação de defesa pelo ente público, o magistrado emitiu pronunciamento com dois capítulos, em que: (i) examinou o mérito do primeiro pedido de forma definitiva, e declarou nulo o ato administrativo, por considerar que esse pedido estava apto a julgamento; (ii) determinou a produção de provas quanto ao pedido indenizatório. Dessa decisão, o réu apresentou recurso de agravo de instrumento argumentando, unicamente, que o CPC não permite que o juiz fracione em dois momentos distintos o exame definitivo dos pedidos apresentados na petição inicial e que, portanto, o pronunciamento seria nulo quanto ao capítulo que julgou o mérito.

Considerando-se essa situação hipotética, é correto afirmar que o recurso apresentado pelo réu

- A não deve ser conhecido: trata-se de decisão interlocutória irrecurável.
- B deve ser recebido como apelação em homenagem ao princípio da fungibilidade.
- C não deve ser provido: o CPC admite a possibilidade de prolação de decisão interlocutória de mérito.
- D deve ser provido em parte para que a decisão parcial de mérito definitiva seja convertida em decisão provisória.
- E deve ser conhecido e provido: o ato do juiz é nulo pelo fundamento apresentado pelo recorrente.

QUESTÃO 36

Caso um credor ajuíze ação de natureza obrigacional contra seus dois devedores solidários de determinada obrigação indivisível, esse litisconsórcio passivo será classificado como

- A necessário e simples.
- B necessário e unitário.
- C facultativo e simples.
- D facultativo e unitário.
- E multitudinário.

QUESTÃO 37

No ordenamento processual civil brasileiro, decorre automaticamente de previsão legal o efeito suspensivo

- A dos embargos à execução de título executivo extrajudicial que reconheça obrigação de dar quantia certa.
- B do incidente de suspeição ou impedimento de magistrado, quando distribuído no tribunal.
- C do agravo de instrumento interposto contra decisão que determine a inversão do ônus da prova.
- D dos embargos de declaração oferecidos para esclarecimento de decisão oferecida pelo magistrado em primeiro grau.
- E do recurso especial interposto contra acórdão que decida o mérito de incidente de resolução de demandas repetitivas.

QUESTÃO 38

Acerca de mandado de segurança impetrado contra decisão judicial, assinale a opção correta, de acordo com a legislação vigente e com a jurisprudência do STJ.

- A Trata-se de medida manifestamente inadequada: o ordenamento pátrio veda, em qualquer hipótese, a sua utilização contra ato de natureza jurisdicional.
- B Esse tipo de medida pode ser utilizada caso haja pronunciamento transitado em julgado que se mostre teratológico por contrariar precedente persuasivo de tribunal.
- C Se o mandado de segurança for impetrado legitimamente, seu mérito deverá ser apreciado independentemente de superveniente trânsito em julgado da decisão questionada.
- D O mandado de segurança não pode ser impetrado por terceiro, pois sua utilização é restrita às partes do processo originário.
- E Esse remédio constitucional será ordinariamente admitido como sucedâneo recursal se a parte demonstrar que há direito líquido e certo à reforma ou anulação de decisão judicial.

QUESTÃO 39

Para ordenar os trabalhos de elaboração da lei orçamentária anual, a Constituição Federal de 1988 (CF) criou a lei de diretrizes orçamentárias (LDO), que deve dispor sobre as alterações na legislação tributária. Acerca dessas alterações, o STF decidiu que

- A todas as alterações de fatos geradores em leis tributárias somente entram em vigor no ano seguinte se previstas na LDO.
- B as alíquotas tributárias só podem ser alteradas se houver previsão na LDO.
- C as isenções devem estar previstas na LDO.
- D os benefícios fiscais podem não estar previstos na LDO.
- E todas as alterações de bases de cálculo em leis tributárias somente entram em vigor no ano seguinte se previstas na LDO.

QUESTÃO 40

De acordo com as normas constitucionais, tem prioridade de recebimento de seus créditos por sentença judicial transitada em julgado

- A beneficiário de precatório alimentar sobre beneficiário de requisição de pequeno valor.
- B beneficiário de requisição de pequeno valor sobre beneficiário de precatório portador de doença grave.
- C beneficiário de precatório, que tenha deficiência, sobre beneficiário de requisição de pequeno valor.
- D beneficiário de precatório alimentar sobre beneficiário de precatório que tenha mais de sessenta anos de idade.
- E beneficiário de precatório alimentar sobre beneficiário de precatório portador de doença grave.

QUESTÃO 41

Um dos princípios orçamentários presentes na CF é o da não vinculação. Tal princípio aplica-se

- A** às receitas de impostos.
- B** às receitas originárias.
- C** a todas as receitas correntes.
- D** às receitas de capital.
- E** a todas as receitas condicionadas.

QUESTÃO 42

Assinale a opção que apresenta uma das condições para que o município institua renúncia fiscal, conforme a Lei de Responsabilidade Fiscal.

- A** autorização do respectivo estado
- B** demonstração de que a renúncia não afetará as metas da administração federal no plano plurianual
- C** demonstração de que a renúncia foi considerada na estimativa de receita da lei orçamentária e não afetará as metas de resultados fiscais previstas na LDO
- D** compensação por meio do aumento de receita, por intermédio da venda de ativos
- E** revogação de outras renúncias, em especial, de impostos e contribuições

QUESTÃO 43

É modalidade de extinção do crédito tributário

- A** moratória.
- B** parcelamento.
- C** isenção.
- D** anistia.
- E** prescrição.

QUESTÃO 44

Em relação aos institutos da imunidade tributária, da anistia e da isenção, assinale a opção correta.

- A** As imunidades tributárias têm previsão infraconstitucional.
- B** A anistia e a isenção são sempre decorrentes de legislação constitucional.
- C** A anistia abrange infrações cometidas durante a vigência da lei que a concede.
- D** A Constituição Federal de 1988 veda à União, aos estados, ao Distrito Federal e aos municípios a utilização de tributo com efeito de confisco.
- E** A isenção deve, em qualquer hipótese, ser estendida à totalidade do território da entidade tributante, em função do princípio da isonomia.

QUESTÃO 45

Assinale a opção em que o tributo apresentado é seguido de sua correta classificação.

- A** imposto de renda de pessoa física (IRPF) — direto, progressivo, pessoal
- B** imposto sobre operações relativas à circulação de mercadorias e prestação de serviço de transporte interestadual e intermunicipal e de comunicação (ICMS) — direto, regressivo, proporcional
- C** imposto sobre produtos industrializados (IPI) — monofásico, progressivo e proporcional
- D** imposto sobre serviços de qualquer natureza (ISS) — real, variável, não proporcional
- E** imposto sobre a propriedade predial e territorial urbana (IPTU) — pessoal, regressivo, proporcional

QUESTÃO 46

Considerando as súmulas vinculantes do STF, assinale a opção correta.

- A** É constitucional a incidência do ISS sobre operações de locação de bens móveis.
- B** O ICMS incide sobre alienação de salvados de sinistro pelas seguradoras.
- C** O serviço de iluminação pública não pode ser remunerado mediante taxa.
- D** Na entrada de mercadoria importada do exterior, não é legítima a cobrança do ICMS por ocasião do desembaraço aduaneiro.
- E** Norma legal que altera o prazo de recolhimento de obrigação tributária se sujeita ao princípio da anterioridade.

QUESTÃO 47

Em processo licitatório realizado pela fazenda pública estadual, Rui elevou arbitrariamente os preços das mercadorias que seriam adquiridas, sendo, por isso, condenado à pena de detenção e multa.

Nesse contexto, a pena de multa arbitrada a Rui, de acordo com o disposto na Lei n.º 8.666/1993, será

- A** dispensada, caso os índices de cálculo forem inferiores a 2% do valor do contrato licitado.
- B** descontada da garantia prestada pelo contratado.
- C** revertida ao fundo penitenciário.
- D** calculada em índice superior a 5% do valor do contrato celebrado com dispensa de licitação.
- E** estimada com base no valor da vantagem efetivamente obtida ou potencialmente auferível por Rui.

QUESTÃO 48

Em relação à aplicação da lei penal, assinale a opção correta.

- A** O advento de lei penal que torne atípica determinada conduta retroage para alcançar fatos anteriores já transitados em julgado, sendo mantidos alguns efeitos penais da condenação.
- B** A lei temporária, com o término do período de sua duração, perde totalmente sua vigência e aplicação.
- C** Considera-se praticado o crime no lugar em que tiver ocorrido a ação ou omissão, ainda que outro seja o local em que tenha sido produzido o resultado.
- D** A lei penal admite interpretação analógica para incluir hipóteses análogas às elencadas pelo legislador, ainda que prejudiciais ao agente.
- E** A analogia não é permitida em relação a leis penais incriminadoras nem a permissivas.

QUESTÃO 49

Prefeito de um município autorizou a assunção de obrigação no último ano do mandato. A conduta será típica se

- A restar parcela contraída no nono mês do último ano do mandato a ser paga no exercício seguinte.
- B acarretar aumento de despesa total com pessoal nos duzentos dias anteriores ao final do mandato.
- C ocorrer no último quadrimestre, e a despesa não puder ser paga no mesmo exercício financeiro.
- D for inscrita na rubrica de restos a pagar despesa que tenha sido previamente empenhada.
- E realizar operação de crédito, caso o montante da dívida consolidada ultrapasse o limite mínimo legal.

QUESTÃO 50

De acordo com o Código Penal, é tipificado como crime de falsificação de documento público a

- A adulteração de cartão de crédito ou de débito.
- B alteração em livros mercantis de sociedade empresarial.
- C inserção de declaração diversa da que deveria ser escrita em documento público.
- D certificação falsa, na função pública, de fato que habilite alguém a obter cargo público.
- E falsificação de marcas, siglas ou símbolos identificadores de órgãos da administração pública.

QUESTÃO 51

A ferramenta de gestão que serve para definir, com clareza, determinado problema e que se embasa nas respostas às perguntas “o quê?”, “por quê?”, “quem?”, “onde?”, “quando?”, “como?” e “quanto?” denomina-se

- A matriz SWOT.
- B gráfico de Gantt.
- C análise 5W2H.
- D diagrama espinha de peixe.
- E matriz GUT.

QUESTÃO 52

A abordagem indicada para circunstâncias estáveis, de poucas mudanças e que requeiram desempenho continuado de tarefas rotineiras é denominada departamentalização por

- A funções.
- B produtos.
- C clientela.
- D processos.
- E projetos.

QUESTÃO 53

Nos processos de seleção de pessoas, o modelo de decisão considerado a melhor forma de aumentar o capital humano da organização é denominado modelo de

- A recrutamento.
- B seleção.
- C classificação.
- D colocação.
- E agregação de valores.

QUESTÃO 54

Nos processos de controle, o objetivo fundamental da amostragem estatística consiste em

- A identificar os fatores que podem influenciar variáveis específicas de um processo em desenvolvimento.
- B calcular, por meio de iterações, estimativas de custos ou cronogramas, usando valores de entrada aleatórios.
- C estimar como uma mudança na variável independente influenciará o valor da variável dependente.
- D garantir que um subgrupo selecionado represente, de forma adequada, a população de interesse.
- E aferir resultados médios com bases em possíveis cenários futuros, que podem ocorrer ou não.

QUESTÃO 55

Haverá respeito às exigências do princípio orçamentário da unidade caso o orçamento contenha, em um único documento, todas as receitas e despesas de um mesmo

- A poder republicano.
- B ente da Federação.
- C plano orçamentário.
- D ordenador de despesa.
- E órgão setorial de planejamento.

QUESTÃO 56

Recursos destinados a atender necessidades de formação bruta de capital e aquisições líquidas de cessões de ativos não financeiros são identificados no orçamento por meio das

- A receitas patrimoniais.
- B transferências intergovernamentais.
- C receitas de capital.
- D receitas industriais.
- E inversões financeiras.

QUESTÃO 57

As emendas individuais de deputados e senadores ao projeto de lei orçamentária anual podem

- A anular despesas de material de consumo, sem atribuir a outra finalidade os recursos que ficaram livres.
- B contrariar o plano plurianual, desde que sejam compatíveis com a lei de diretrizes orçamentárias.
- C anular uma parcela dos recursos destinados a transferências constitucionais para municípios.
- D aumentar a despesa, sem indicação dos recursos, quando se tratar de recursos para a saúde ou para a educação.
- E ultrapassar o limite fixado em percentual da receita corrente líquida.

QUESTÃO 58

As despesas com pessoal ativo e inativo da União não poderão exceder os limites estabelecidos em lei complementar, razão pela qual, no cômputo desses limites, serão incluídas as despesas

- A de indenização por demissão de servidores ou empregados.
- B relativas a incentivos à demissão voluntária.
- C decorrentes de convocação extraordinária do Congresso Nacional.
- D decorrentes de decisão judicial.
- E relacionadas a pessoal nas ações e nos serviços públicos de saúde.

QUESTÃO 59

O estágio de empenho da despesa pública tem por objetivo

- A determinar a origem da despesa e o objeto que se deve pagar.
- B apurar a importância exata a ser paga.
- C definir a quem se deve pagar, para extinguir a obrigação.
- D criar para o Estado obrigação de pagamento.
- E determinar que a despesa seja paga.

QUESTÃO 60

Em geral, a sintaxe para a criação de índice em banco de dados relacional segue uma estrutura-padrão, como demonstra, por exemplo, a seguinte estrutura no banco relacional PostgreSQL, em versão 9 ou superior.

```
CREATE [ UNIQUE ] INDEX [ CONCURRENTLY ] [ name ]
ON table [ USING method ]
```

Tendo como referência essas informações, assinale a opção correta.

- A `CREATE INDEX` constrói uma linha de índice de acordo com uma coluna específica da tabela.
- B O parâmetro `method` depende do tamanho da tabela e não deve ser utilizado se o tamanho da tabela for menor que 1 MB.
- C Um campo de índice não pode ser uma expressão calculada a partir dos valores de uma ou mais colunas da tabela.
- D O método de indexação `btree` armazena dados de forma que cada nó contenha chaves em ordem crescente.
- E Quando a cláusula `WHERE` está presente, um índice total é criado, porque a cláusula já é restritiva na operação de selecionar dados ou de inserir dados.

QUESTÃO 61

No que se refere aos diversos tipos de algoritmos utilizados para minerar dados, a técnica utilizada em tarefas de classificação, regressão e segmentação de dados em tipos de dados heterogêneos é denominada

- A algoritmos genéticos.
- B redes neurais.
- C banco objeto relacional.
- D classes privadas.
- E redes privadas.

QUESTÃO 62

Com relação a fundamentos e conceitos de *Big Data*, julgue os itens a seguir.

- I O volume de dados é uma característica importante de *Big Data*.
- II Em *Big Data*, a qualidade do dado não tem importância, porque a transformação dos dados não impacta os negócios.
- III A característica de velocidade de entrada dos dados impacta o modelo de processamento e armazenamento.
- IV A variedade dos dados não é característica intrínseca nos fundamentos de *Big Data*.

Estão certos apenas os itens

- A I e II.
- B I e III.
- C II e IV.
- D I, III e IV.
- E II, III e IV.

QUESTÃO 63

Série temporal consiste em

- A estrutura em que os dados podem ser marcados como verdadeiros ou falsos por padrão.
- B estrutura de dados numéricos que têm um número infinito de valores possíveis.
- C estrutura de dados qualitativos medidos negativamente por padrão.
- D estrutura de dados que podem ser medidos sem métrica definida.
- E estrutura de dados que rastreiam mudanças nos valores de uma métrica ao longo do tempo.

QUESTÃO 64

A autoridade competente para classificar uma informação como ultrassecreta no âmbito da administração pública federal, de acordo com a Lei de Acesso à Informação, é o

- A vereador.
- B governador de estado.
- C comandante do Exército.
- D prefeito de município.
- E deputado federal.

QUESTÃO 65

Os fatores que compõem o denominado triângulo da fraude consistem em

- A conduta, hábito e fraqueza.
- B pressão, oportunidade e racionalização.
- C ambição, deslealdade e imaturidade.
- D necessidade, vaidade e conjuntura.
- E índole, prazer e ambiente.

QUESTÃO 66

Com relação à auditoria governamental, assinale a opção correta.

- A A prioridade dos controles internos administrativos é a correção de eventuais desvios em relação a parâmetros estabelecidos.
- B Em auditoria operacional, o estudo de caso é o método mais empregado para situações singelas; ele abrange o exame de toda espécie de registros administrativos produzidos pela instituição auditada bem como relatórios de auditorias anteriores.
- C O monitoramento é um instrumento de fiscalização dos tribunais de contas para examinar, ao longo de um período predeterminado, a legalidade e a legitimidade dos atos de gestão quanto aos aspectos contábil, financeiro, orçamentário e patrimonial.
- D Para ser atingido o objetivo da fiscalização, o escopo da auditoria deve estar relacionado com a profundidade e a amplitude do trabalho.
- E O programa de auditoria limita-se não só à evidenciação do objetivo e do escopo, mas também ao universo e à amostra a serem examinados bem como aos procedimentos e técnicas a serem utilizados.

QUESTÃO 67

A respeito da gestão de riscos no setor público, julgue os itens a seguir.

- I Nem toda organização está sujeita à ocorrência de fraude e corrupção; devendo-se, por isso, avaliar a abrangência e a profundidade da implantação de controles considerando-se, em primeiro plano, o tamanho e a natureza da organização.
- II É sempre possível adotar controles para o combate à fraude e à corrupção, contudo eles devem ser empregados de forma a promover, no menor tempo e custo admissíveis, a disponibilização aos cidadãos dos resultados desse combate.
- III Para uma relação custo-benefício mais vantajosa na aplicação de controles, a organização deve focalizar a sua atuação nas áreas de menor risco e naquelas em que os esforços tenham os maiores impactos.
- IV Os benefícios decorrentes da implantação de controles antifraude e anticorrupção devem ser maiores que os seus custos.

Assinale a opção correta.

- A Apenas o item I está certo.
- B Apenas o item II está certo.
- C Apenas os itens I e III estão certos.
- D Apenas os itens II e IV estão certos.
- E Apenas os itens III e IV estão certos.

QUESTÃO 68

Com relação ao plano de auditoria baseado no risco, assinale a opção correta.

- A O auditor, no caso de ter tido conhecimento de informações que o tenham levado a encontrar um valor distinto para as demonstrações contábeis, deverá revisar a materialidade para essas demonstrações no seu todo.
- B Quanto maior for o risco de distorção relevante, maiores serão os riscos de a detecção ser consentida pelo auditor.
- C O objetivo precípua da documentação de auditoria é apresentar a identificação dos supostos autores de não conformidades, a análise de impacto dos danos causados e os valores a serem ressarcidos.
- D Os testes de observância objetivam a obtenção de evidências quanto à suficiência, exatidão e validação dos dados produzidos pela instituição auditada.
- E Em auditoria, os métodos de seleção de amostras limitam-se a três: a seleção aleatória, a sistemática e a de blocos.

QUESTÃO 69

Nas auditorias, os seguintes procedimentos devem ser realizados pelos auditores governamentais:

- I observar se as transações realizadas estão devidamente documentadas, se a documentação que suporta as operações contém indícios de inidoneidade e se profissionais competentes realizaram as transações e produziram a documentação-suporte;
- II conferir a apuração realizada por terceiros e, fazendo-se necessária a efetivação de apurações próprias, compará-las, ao final, com aquelas apresentadas pelo fiscalizado;
- III realizar a confirmação com terceiros de fatos alegados pela entidade fiscalizada;
- IV verificar a compatibilidade entre o saldo das contas sintéticas com aqueles das contas analíticas da entidade fiscalizada;
- V averiguar o comportamento de valores significativos, mediante índices, quocientes e quantidades absolutas, com vistas à identificação de situações ou tendências atípicas.

Assinale a opção que apresenta, respectivamente, a denominação correta de cada um desses procedimentos.

- A observação; conferência de cálculos; conciliação; circularização; análise de contas contábeis
- B observação; conferência de cálculos; circularização; conciliação; análise de contas contábeis
- C averiguação *in loco*; conferência de cálculos; circularização; conciliação; análise de contas contábeis
- D exame documental; conferência de cálculos; conciliação; circularização; revisão analítica
- E exame documental; conferência de cálculos; circularização; conciliação; revisão analítica

QUESTÃO 70

O atributo de auditoria em que a quantidade e a qualidade das evidências obtidas devam convencer o gestor público de que os achados, as conclusões, as recomendações e as determinações da auditoria estão bem fundamentados denomina-se

- A confiabilidade.
- B suficiência.
- C relevância.
- D exatidão.
- E validade.

QUESTÃO 71

A auditoria em um ente público foi realizada com a aplicação de todas as normas e procedimentos adequados. Foram obtidas as comprovações suficientes para que o auditor responsável fundamentasse a sua opinião de que os eventos, as transações e os atos de gestão examinados estavam em pouca conformidade com a legislação e com as normas específicas. Além disso, as demonstrações contábeis não representavam adequadamente nem a posição orçamentária, a contábil, a financeira nem a patrimonial do ente auditado.

Nesse caso, o auditor deverá elaborar um relatório

- A com ressalvas.
- B com abstenção de opinião.
- C adverso.
- D de revisão limitada.
- E de natureza especial.

QUESTÃO 72

Acerca de governança no setor público, assinale a opção correta.

- Ⓐ A governança de órgãos e entidades da administração pública envolve três funções básicas: avaliar; direcionar; orientar e certificar os resultados.
- Ⓑ Exemplo de *accountability* vertical é o processo de *impeachment* de presidente da República.
- Ⓒ O princípio de equidade na governança pública diz respeito ao zelo que os agentes de governança devem ter pela sustentabilidade das organizações visando a sua longevidade e incorporando considerações de ordem social e ambiental na definição dos negócios e operações.
- Ⓓ A governança no setor público pode ser analisada sob as seguintes perspectivas: sociedade e Estado; entes federativos, esferas de poder e políticas públicas; órgãos e entidades; e atividades intraorganizacionais.
- Ⓔ Os componentes dos mecanismos de governança pública são assinalados pela liderança, pelo comando e pelo controle.

QUESTÃO 73

Em termos de crescimento econômico, o estado de Rondônia apresenta uma trajetória crescente do PIB, que também resulta no aumento da renda *per capita* estadual. Embora Rondônia tenha apresentado um processo econômico em expansão no período de 2000 a 2013, isso nem sempre significa desenvolvimento econômico, que, para alguns especialistas, é um processo mais amplo de transformação não só econômica, como também política, social e ambiental.

Fundação Perseu Abramo. *Estudos dos estados brasileiros. Rondônia, 2000-2013*, p. 22 (com adaptações).

Tendo o texto anterior como referência inicial, assinale a opção correta a respeito da economia do estado de Rondônia.

- Ⓐ A mineração corresponde ao maior volume dos produtos extraídos no sudeste do estado.
- Ⓑ Nas exportações de *commodities*, destaca-se a pecuária de corte.
- Ⓒ A agricultura itinerante é a mais importante e significativa para a produção agrícola estatal.
- Ⓓ O comércio no estado é sustentado pelas indústrias extrativas e de transformação.
- Ⓔ A irrelevância do setor terciário — administração pública, serviços e comércio — na economia do estado torna o mercado interno inexpressivo.

QUESTÃO 74

A tabela a seguir mostra um comparativo, em termos percentuais, da situação de alguns itens no estado de Rondônia e no restante do território brasileiro.

descrição dos itens	Rondônia	restante do território brasileiro
salário médio	R\$ 1.794	R\$ 2.157
pessoas nas cidades	76,5%	84,7%
domicílios com carro	39,2%	45,8%
posse de celular	75,9%	78,3%
acesso a Internet	47,4%	57,5%

Departamento de Pesquisas e Estudos Econômicos (DEPEC), Bradesco, jul./2019, p. 3 (com adaptações).

Tendo como referência as informações apresentadas, assinale a opção correta.

- Ⓐ O acesso a Internet, a boa média salarial e o percentual elevado de domicílios com carro nos centros urbanos permitem inferir que a mobilidade urbana em Rondônia é superior à verificada no restante do território brasileiro.
- Ⓑ O fato de mais de 75% da população de Rondônia possuir aparelhos celulares corrobora a tendência de crescimento do poder aquisitivo para consumo no estado.
- Ⓒ O alto índice de concentração da população nas regiões urbanas permite inferir que os setores de comércio, serviços e administração pública se mostram importantes para o perfil econômico.
- Ⓓ Menos da metade dos habitantes de Rondônia é proprietária de veículos automotores, o que permite concluir que a população rondoniense é atendida por um transporte público de qualidade.
- Ⓔ Os índices de indivíduos com acesso a Internet, tanto em Rondônia como no restante do Brasil, comprovam o interesse coletivo de maior informação e da busca de qualificação da mão de obra.

QUESTÃO 75

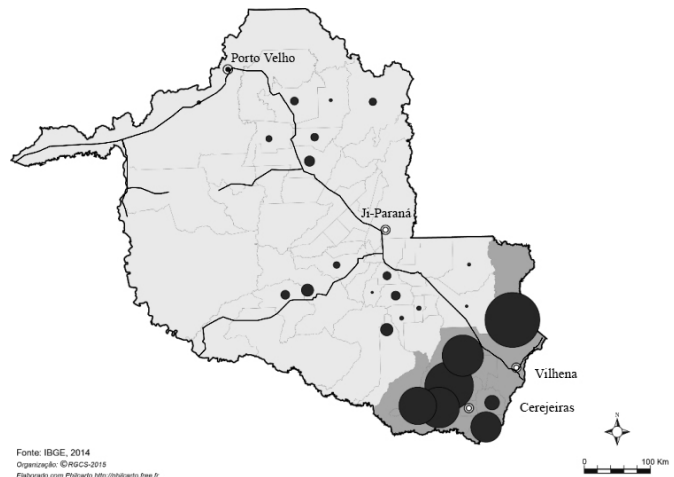
Nos primeiros meses de 2014, a elevação do nível das águas do rio Madeira, no estado de Rondônia, provocou a maior inundação já registrada nessa bacia. Esse cenário apenas confirmou as previsões de pesquisadores que atuavam na região: uma grande cheia com base no volume anormal das precipitações pluviométricas observadas nos últimos meses de 2013 e incidentes no alto curso dos principais formadores do rio Madeira. Uma das áreas mais atingidas foi a cidade de Porto Velho, disposta a jusante das últimas cachoeiras/corredeiras do rio Madeira, que passou a assumir um padrão meândrico, com amplas planícies de inundação e terraços baixos, de cotas facilmente inundáveis.

Amílcar Adamy. *Dinâmica fluvial do rio Madeira*.
Internet: <<http://rigeo.cprm.gov.br>> (com adaptações).

Considerando-se como exemplo o cenário descrito no texto anteriormente apresentado, é correto afirmar que uma possível medida para minimizar o efeito negativo de futuras inundações consiste em

- A conter a difusão da água na superfície, causada pelos reservatórios do complexo hidrelétrico do rio Madeira, para impedir seu alagamento a jusante.
- B controlar a drenagem endorreica do rio Madeira para que a água se concentre em seu leito, o que aumenta a profundidade e reduz os alagamentos.
- C executar a impermeabilização do solo para reduzir a quantidade de água na superfície e, consequentemente, os alagamentos.
- D realizar o manejo adequado do solo, sem alterar sua permeabilidade, e preservar a mata ciliar para diminuir a erosão das margens do rio.
- E retirar a cobertura vegetal original para aumentar a permeabilização do solo e, consequentemente, diminuir os alagamentos.

QUESTÃO 76



Internet: <<https://journals.openedition.org>> (com adaptações).

Os círculos contidos no mapa mostrado anteriormente, que ilustra o estado de Rondônia, representam

- A a produção da cassiterita, minério extraído no estado desde a segunda metade do século XX.
- B a pecuária bovina: no sul do estado se destaca a produção semi-intensiva.
- C o cultivo de arroz: a rizicultura foi implantada por causa do clima equatorial quente e úmido que favorece o cultivo.
- D a produção de café, trazido do Vale do Paraíba paulista desde a época da *plantation*, no século XIX.
- E a plantação de soja, principal produto agrícola concentrado no sul do estado, mas que tem se expandido na direção norte do estado.

QUESTÃO 77

Ao tempo da América Portuguesa, durante o reinado de D. José I, foram construídas diversas fortificações na Amazônia, entre as quais o Real Forte da Beira, na margem direita do rio Guaporé.

A respeito dessa fortificação e seu contexto histórico, e da exploração econômica na região amazônica, assinale a opção correta.

- A O nome da fortificação foi escolhido em homenagem ao primogênito e herdeiro do trono português.
- B A descoberta de ouro às margens do rio Coxipó-Mirim iniciou um ciclo de prosperidade econômica em Vila Bela.
- C A região guaporense, em Mato Grosso, desenvolveu-se por meio do comércio com outras regiões da colônia portuguesa.
- D No século XVIII, com o declínio do ciclo do ouro, o Real Forte da Beira foi convertido em quartel de vigilância e depois, em presidio.
- E As minas e lavras encontradas em Mato Grosso ao longo da primeira metade do século XVIII eram muito profundas, o que dificultava a sua exploração.

QUESTÃO 78

Com relação à ferrovia Madeira-Mamoré, assinale a opção correta.

- A** O Brasil planejou construir essa ferrovia à margem do rio Madeira sem a participação da Bolívia, para conter o plano de abertura do rio Amazonas à navegação internacional.
- B** Um consórcio anglo-americano iniciou as obras da ferrovia em 1877 e terminou a tarefa apenas em 1907. Em 1908 a ferrovia foi vendida ao governo brasileiro.
- C** A ferrovia, concluída pelo Brasil em abril de 1912, permitiu a liberdade de trânsito de produtos bolivianos pela ferrovia e pelos rios até o Atlântico.
- D** O cólera e o sarampo foram as moléstias tropicais que mais levaram a óbito os trabalhadores da ferrovia, acometendo principalmente americanos e ingleses.
- E** Devido aos elevados custos financeiros de sua construção, a ferrovia Madeira-Mamoré recebeu do governo brasileiro, ainda no século XIX, o apelido de ferrovia do Diabo.

QUESTÃO 79

Acerca dos contatos de aproximação entre colonizadores e índios da região da Amazônia ao longo do processo de colonização da América portuguesa, assinale a opção correta.

- A** O sistema de descimentos indígenas criou aldeamentos de índios ditos “mansos”, estancou a migração das tribos e facilitou a catequese.
- B** A gradativa substituição do trabalho de ameríndios pelo de escravos africanos suplantou a escravidão indígena na região do estado do Maranhão e Grão-Pará.
- C** A capacidade dos indígenas para encontrar plantas medicinais do sertão foi reconhecida pelos missionários e colonizadores, o que facilitou o convívio entre os povos e evitou abusos.
- D** A “guerra justa”, argumento teórico para a captura de indígenas na América Portuguesa, foi uma exceção na Amazônia devido ao grande número de missões que defendiam os índios.
- E** A Companhia de Jesus foi a única ordem religiosa autorizada pela Coroa Portuguesa a enviar missionários e criar missões e aldeamentos na Amazônia.

QUESTÃO 80

Na década de 50 do século passado, o antigo território do Guaporé transformou-se no território federal de Rondônia e, posteriormente, foi elevado à categoria de estado. A respeito das fases e condições de criação do estado de Rondônia, assinale a opção correta.

- A** A expansão da agropecuária foi a motivação econômica principal da ocupação, nos fins do século XIX, da região que hoje é o estado de Rondônia.
- B** A criação do território do Guaporé resultou do tratado de Petrópolis, que instituiu o território e determinou a construção da ferrovia Madeira-Mamoré.
- C** O território do Guaporé — assim como os estados do Pará e do Amazonas, os territórios do Amapá, Rio Branco, Acre, norte do Mato Grosso, norte de Goiás e oeste do Maranhão — integrava a região amazônica.
- D** O território federal de Rondônia foi criado no governo do presidente Getúlio Vargas durante seu mandato iniciado em 1951.
- E** O povoamento da região de Porto Velho, atual capital de Rondônia, deu-se ao fim da construção da ferrovia Madeira-Mamoré, em ponto oposto à cidade de Guajará-Mirim.

PROVA DISCURSIVA

- Nesta prova, faça o que se pede, usando, caso deseje, o espaço para rascunho indicado no presente caderno. Em seguida, transcreva o texto para a **FOLHA DE TEXTO DEFINITIVO DA PROVA DISCURSIVA**, no local apropriado, pois **não será avaliado fragmento de texto escrito em local indevido**.
- Qualquer fragmento de texto além da extensão máxima de linhas disponibilizadas será desconsiderado.
- Na **Folha de Texto Definitivo**, a presença de qualquer marca identificadora no espaço destinado à transcrição do texto definitivo acarretará a anulação da sua prova discursiva.
- Ao domínio do conteúdo serão atribuídos até **40,00 pontos**, dos quais até **2,00 pontos** serão atribuídos ao quesito apresentação (legibilidade, respeito às margens e indicação de parágrafos) e estrutura textual (organização das ideias em texto estruturado).

O Estado, como pessoa jurídica, é um ser intangível. Somente se faz presente no mundo jurídico por meio de seus agentes, pessoas físicas cuja conduta é a ele imputada. O Estado, por si só, não pode causar danos a ninguém. Segundo o direito positivo, o Estado é civilmente responsável pelos danos que seus agentes causarem a terceiros. Sendo-o, incumbe-lhe reparar os prejuízos causados, mediante obrigação de pagar as devidas indenizações.

José dos Santos Carvalho Filho. **Manual de direito administrativo**.
32.^a ed. São Paulo: Atlas, 2018 (com adaptações).

Considerando que o fragmento de texto anteriormente apresentado tem caráter unicamente motivador, redija um texto dissertativo acerca da responsabilidade civil do Estado, abordando, necessariamente, os seguintes tópicos:

- 1 a teoria da responsabilidade civil do Estado atualmente aplicada no direito brasileiro; [valor: 9,00 pontos]
- 2 requisitos da responsabilidade civil; [valor: 20,00 pontos]
- 3 direito de regresso. [valor: 9,00 pontos]

RASCUNHO

1	
2	
3	
4	
5	
6	
7	
8	
9	
10	
11	
12	
13	
14	
15	
16	
17	
18	
19	
20	
21	
22	
23	
24	
25	
26	
27	
28	
29	
30	